Angola aperta combate à caça da palanca negra gigante para travar extinção

22 de Janeiro, 2018

O Governo angolano quer apertar o combate à caça furtiva da palanca negra gigante, tarefa que caberá ao novo comité executivo responsável ainda pela definição e implementação de medidas de proteção da espécie, endémica e em vias de extinção, adianta a Lusa.

A informação consta do despacho presidencial deste mês, a que a Lusa teve acesso, em que é criada esta comissão, anunciada em dezembro numa nota da Casa Civil da Presidência da República, e que terá uma duração de três anos. O despacho presidencial refere a possibilidade de o financiamento deste organismo, além do Fundo do Ambiente, recorrer à “angariação de doações internacionais”, e estipula como atribuições do comité executivo “elaborar e propor medidas legais e regulamentares” que “concorram para responsabilização dos atos que perigam a palanca negra gigante”.

Também deverá “fortalecer ações de fiscalização que concorram para a penalização de caçadores furtivos” e realizar “estudos sobre o animal, de modo a se obterem dados de uma estimativa sobre o número de indivíduos existentes”, além de “envolver e capacitar as comunidades residentes, incluindo os pastores da palanca, nas áreas de conservação, sobre educação ambiental, com vista à redução da pressão” sobre a espécie. Os trabalhos vão incidir essencialmente no Parque Nacional da Cagandala e na Reserva Natural e Integral do Luando, na província de Malanje, onde se encontram os últimos exemplares da espécie, que só vive em Angola.

No mesmo despacho que cria este comité executivo, que terá uma unidade técnica de apoio, sublinha-se que a palanca negra gigante “representa um dos símbolos nacionais e um potencial para a atração turística em Angola”, tanto para cidadãos nacionais como estrangeiros, “havendo necessidade de se reforçar as medidas para diminuir os riscos de extinção”, através da “implementação de um programa de ação de emergência”. O designado Comité Executivo para Acompanhamento e Reforço da Implementação das Medidas de Proteção e Conservação da Palanca Negra Gigante é coordenada pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Frederico Manuel Cardoso, e integra ainda os ministros da Defesa Nacional, do Interior, do Ambiente e da Hotelaria e Turismo, além do secretário do Presidente da República para os Assuntos Locais e Regionais. A unidade técnica de apoio é coordenada por Vladimir Russo, em representação da Fundação Kissama, integrando, entre outros membros, um representante do governo provincial de Malanje e do Instituto Nacional de Biodiversidade e Áreas de Conservação.

A Lusa noticiou o início, em julho de 2016, de um levantamento do número de palancas negras gigantes em Angola, num cenário tido como negativo, com menos de uma centena de exemplares, sendo o único país onde é possível encontrar

este antílope, alvo de caçadores furtivos. “O último levantamento exaustivo foi feito em 2013 e apontava entre 90 a 100 exemplares, exclusivamente no sul da província de Malanje, mas só metade acompanhados. Acho que há todas as razões para estarmos muito preocupados, a situação não é nada boa”, reconheceu anteriormente à Lusa Pedro Vaz Pinto, coordenador do projeto nacional de preservação da palanca negra gigante e que integra este novo comité executivo.

Originária de Malanje e da vizinha província do Bié, a caça furtiva, que continua a fazer-se sentir, colocou esta subespécie da Palanca Negra na lista dos animais mais raros do mundo, em que por exemplo uma epidemia pode simplesmente acabar com a sua presença. “Uma população que está reduzida a números tão pequenos pode desaparecer de um momento para o outro, mesmo que estejamos atentos e com capacidade para reagir”, admitiu o luso-angolano Pedro Vaz Pinto, da fundação Kissama, que lidera o projeto de conservação.

A palanca negra gigante integra a lista vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais como estando em perigo crítico de extinção. Durante o período da guerra civil em Angola, entre 1975 e 2002, por falta de informação, chegou a pensar-se que a espécie estava extinta.